

Resenha bibliográfica 1

Growth, distribution, and prices

Marglin, Stephen A. *Growth, distribution, and prices*.
Harvard University Press, 1984. 573 p.

EDWARD J. AMADEO *

Este livro é o resultado de mais de 10 anos de trabalho do Prof. Marglin. Na verdade, tudo começou quando ele ainda lecionava, no início da década de 70, um curso de teoria econômica na Universidade de Harvard, em que procurava persuadir seus alunos de pós-graduação de que a teoria neoclássica provê apenas uma — e não a única — abordagem para a determinação do crescimento, distribuição e preços numa economia capitalista. Segundo o autor, os alunos receberam com insatisfação a idéia de que “maximização de utilidade, produtividade marginal, taxas marginais de substituição e transformação, equilíbrio competitivo e Pareto ótimo assim como as agonias associadas a jacobianos, lagrangeanos e hessianos provêem apenas uma entre as várias formas de ver o mundo” (p. 5). Daí surgiu a idéia de apresentar de maneira mais sistemática as abordagens alternativas à versão neoclássica. Depois de anos sem lecionar nos cursos convencionais do departamento de economia de Harvard, a partir de 1984, ano de publicação de seu livro, Marglin voltou a integrar, como um reconhecimento merecido de seus pares ao seu esforço bem-sucedido de síntese, a equipe de professores da seqüência de cursos de teoria econômica.

Marglin se propõe a comparar as abordagens neoclássica, neokeynesiana e neomarxista da teoria de crescimento, distribuição e preços. Aos puristas das diferentes escolas, ele adverte que, fatalmente, cometerá injustiças: a comparação exige que elementos específicos de cada abordagem sejam deixados de lado. Ainda assim, o autor tem o cuidado de mencionar alguns destes desvios, como, por exemplo, a camisa-de-força a que são confinadas as idéias de Marx e Keynes quando examinadas à luz de modelos de equilíbrio ou, mais especificamente, *steady state*. Por outro lado, apesar do tratamento rigoroso do modelo neoclássico, Marglin reconhece seu viés não-neoclássico, que vai desde a linguagem empregada no

* Professor-Assistente da PUC/RJ.

livro até suas conclusões mais substantivas de que o modelo neoclássico não está devidamente aparelhado para explicar os fenômenos característicos das economias capitalistas.

O artifício através do qual Marglin compara as três abordagens é extremamente didático e eficaz. Ele parte de duas equações gerais ou neutras em termos dos três modelos e, depois, acopla a elas equações específicas de cada abordagem. As equações gerais são: uma equação de produção que relaciona o consumo *per capita* à taxa de acumulação e uma equação de distribuição (dual da primeira) que relaciona o salário real à taxa de lucro (os parâmetros destas equações são as relações capital/produto e trabalho/produto). Implicitamente, Marglin supõe dado, ao longo do livro, o grau de utilização da capacidade, o que implica a correlação negativa entre as duas variáveis de cada equação. As duas equações gerais serão acopladas duas equações associadas a cada abordagem a fim de solucionar o modelo.

Os Capítulos 2 a 4 dedicam-se à apresentação dos fundamentos de cada uma das abordagens e à solução dos modelos supondo que há apenas uma mercadoria e coeficientes fixos. No modelo neoclássico, a taxa de poupança é determinada a partir de um exercício de maximização de utilidade intertemporal supondo a existência de duas gerações superpostas. Como é sabido, em modelos deste tipo, a geração em idade de trabalhar desempenha o papel de “trabalhadores”, enquanto os aposentados são os “capitalistas”. Aos trabalhadores (futuros capitalistas) cabe a decisão de consumir a cada período, dadas as suas preferências intertemporais e a taxa de juro. A segunda equação resulta da hipótese de pleno emprego da força de trabalho ou de equilíbrio no mercado de trabalho. A causalidade entre as variáveis de acumulação e distribuição neste modelo é a seguinte: a taxa de crescimento da população determina a taxa de crescimento de equilíbrio; esta, juntamente com a preferência intertemporal dos agentes, define a taxa de lucro e o salário real. Desse modo, acumulação e distribuição são determinadas em última instância por fatores biológico-demográficos (taxa de crescimento populacional) e psicossociais (função de utilidade dos agentes).

No modelo marxista, o salário “convencional” (ou de subsistência, segundo a linguagem clássica) é determinado exogenamente a partir de fatores histórico-institucionais. Fazendo-se a hipótese simplificadora (depois relaxada) de que a poupança a partir dos salários é nula, a acumulação de capital resulta essencialmente da poupança dos capitalistas. No espírito do capítulo sobre acumulação ampliada em *O capital*, de Marx, a decisão de investir resulta de uma “lei de sobrevivência” segundo a qual, supondo-se rendimentos de escala crescentes, aqueles capitalistas que preferirem o consumo à acumulação fatalmente serão expelidos do mercado. A acumulação desejada fica, assim, determinada pela taxa de poupança desejada correspondente a cada valor assumido pela taxa de lucro. No modelo marxista, portanto, as variáveis de distribuição (salário real e taxa de lucro) são determinadas exogenamente, enquanto a taxa de acumulação depende da propensão a poupar dos capitalistas.

Marglin observa que neste modelo não há nada que garanta o pleno emprego da força de trabalho. Na verdade, os resultados do modelo aplicam-se ao setor capitalista, que, se tiver uma taxa de acumulação superior à taxa de crescimento da população, se expandirá *vis-à-vis* os setores não-capitalistas, seja através da absorção de trabalhadores destes últimos, seja através da expansão geográfica (imperialismo, colonialismo, etc.) do setor capitalista. Se, ao contrário, a taxa de crescimento da população é superior à taxa de acumulação, o setor capitalista perderá espaço para os setores não-capitalistas. Marglin observa que o primeiro caso parece prevalecer sobre o segundo na história do capitalismo.

Voltemo-nos, finalmente, para o modelo keynesiano. Assim como no modelo marxista, Marglin supõe que a relação poupança/capital corresponde à taxa de lucro, resultado que deriva exclusivamente das hipóteses de que trabalhadores não poupam e capitalistas não consomem. A equação keynesiana *par excellence* é a equação de investimento, função dos *animal spirits* dos capitalistas e da taxa de lucro esperada, e que, na realidade, representa a especificação da função de investimento proposta por Robinson (1962). A conjugação das taxas de poupança e de investimento desejadas determinam simultaneamente as taxas de acumulação de equilíbrio (ou "garantida", para usar a expressão de Harrod) e de lucro e o salário real. Assim, o desejo dos capitalistas de acumular juntamente com os determinantes da taxa de poupança determinam a taxa de acumulação e, ao mesmo tempo, as parcelas de salários e lucros na renda *requeridas* para que tal taxa de acumulação se realize. Este resultado em muito se assemelha àquele do modelo derivado por Keynes (1930) e da versão de Kaldor (1956) do modelo keynesiano de equilíbrio.

A análise de Marglin do processo de ajuste via distribuição — dada uma variação da taxa de acumulação desejada — é brilhante. Ele aponta com muita pertinência as hipóteses implícitas neste processo de ajuste e, em particular, o papel desempenhado pelo crédito: em primeiro lugar, é necessário que o acesso ao crédito esteja restrito aos capitalistas, permitindo-lhes, no mais puro espírito schumpeteriano, que demandem uma parcela do fluxo de produção corrente superior ao volume de suas poupanças correntes; e, em segundo, é necessário que os trabalhadores não resistam ou, pelo menos, não logrem sucesso na tentativa de resistir à redução do salário real, pois caso contrário temos a situação típica do que Robinson chamou de "barreira inflacionária".

Estes são os três modelos na sua versão simplificada, porém mais contundente, pois Marglin usará nos capítulos seguintes de toda técnica e elegância peculiares ao livro para demonstrar que versões mais complexas e abrangentes não alteram os resultados fundamentais. O grau de abrangência torna-se maior à medida que são introduzidos e analisados os seguintes temas: elasticidade de substituição entre os fatores de produção (Capítulo 9), mais de uma mercadoria reprodutível com coeficientes fixos (Capítulo 11) e coeficientes variáveis num modelo com várias mercadorias (Capítulo 13). O crescimento da complexidade fica por conta das dificuldades inerentes ao tratamento matemático destas adições ao modelo. A mensagem fundamental deste longo exercício, que

procura combinar profundidade na apresentação das idéias e arte no modelar, está no fato de que aquilo que diferencia as várias abordagens não é o número de mercadorias (lembremo-nos das críticas aos modelos neoclássicos com funções de produção agregadas) ou, mais importante ainda, as hipóteses com respeito à tecnologia (lembremo-nos das críticas à maleabilidade do capital). Marglin não nega a importância destas críticas: elas tiveram seu papel (a vitória de uma batalha numa guerra perdida) e o seu momento (o passado), mas hoje os resultados dos modelos neoclássicos independem daquelas hipóteses restritivas. O que demonstra a sistematicidade dos resultados de Marglin a partir de graus crescentes de complexidade do modelo é que a diferenciação das abordagens advém das suas especificidades no que diz respeito ao contexto institucional em que estão inseridos os agentes e o funcionamento dos mercados de trabalho e capital. Vale dizer, diferenciam as abordagens os seguintes fatores: os "capitalistas" são firmas capitalistas ou uma geração de aposentados; a taxa de salário real depende do poder de barganha, e de eficácia na sua estratégia, da classe trabalhadora ou da conjugação da hipótese de equilíbrio no mercado de trabalho com um processo de maximização intertemporal da utilidade ao longo da vida dos indivíduos; a prevalência da Lei de Say segundo a qual a totalidade da renda poupada é investida; ou um processo de decisão de investir que leve em consideração a lucratividade esperada e a psicologia da comunidade empresarial; e assim por diante.

Certa vez, quando da visita de um ilustre neo-ricardiano a Harvard, Marglin lhe fez a seguinte indagação: "Se Deus determinasse que a tecnologia nos processos produtivos levados a cabo na terra fosse tal como a descrita pelos modelos neoclássicos, o Sr. seria um neoclássico?" Depois de vacilar diante do caráter messiânico da questão, o visitante respondeu que sim. Eis o que me parece ser o mérito do livro do Marglin: diferenciar o modelo neoclássico dos modelos não-neoclássicos sem ater-se exclusivamente ao papel desempenhado pela tecnologia.

O livro conta com um leque muito variado de subtemas, dentre os quais eu destacaria os seguintes: a comparação entre as abordagens keynesiana e marxista sobre o funcionamento do mercado de trabalho (Capítulo 5); a discussão detalhada dos fundamentos das funções de poupança de Kaldor e Pasinetti, e da controvérsia que se seguiu sobre o tema entre estes dois representantes da Cambridge inglesa e os economistas do MIT, Samuelson e Modigliani (Capítulos 6 e 7); a desmistificação das hipóteses de maximização de lucro e concorrência perfeita (Marglin argumenta, a meu juízo convincentemente, que tais hipóteses não são inerentemente neoclássicas e que, aplicadas aos demais modelos, não alterariam seus resultados específicos: ao longo desta discussão o autor demonstra que as igualdades entre o salário e a produtividade do trabalho, ou entre a taxa de lucro e a produtividade do capital, não passam de condições de equilíbrio, sendo, de fato, desprovidas de relações de causalidade, e que esta advém, evidentemente, da escolha de variáveis exógenas e endógenas inerentes aos fundamentos teóricos de cada abordagem) (Capítulo 10).

No Capítulo 11, onde os modelos com várias mercadorias são desenvolvidos, Marglin demonstra com singular elegância matemática a simetria entre a solução para o problema (de Marx) da transformação de valores em preços, e a determinação da mercadoria-padrão, solução do problema (de Ricardo) da definição de um numerário que tornasse o valor de qualquer agregado independente da distribuição de renda. Entretanto, Marglin relega esta problemática a um segundo plano por ser ela destituída de elementos que permitam analisar a relação entre distribuição e acumulação em economias capitalistas.

No Capítulo 14 a hipótese de concorrência perfeita é relaxada, porém Marglin não se permite libertar da hipótese de maximização de lucro e, a meu ver, não consegue captar a essência das idéias avançadas no campo da organização industrial não convencional, isto é, as contribuições de Sylos-Labini, Bain e (por que não incluí-los aqui?) Kalecki e Steindl.

Os Capítulos 17 e 18 são dedicados a um estudo econométrico exaustivo das versões clássica e neoclássica da função poupança: as conclusões de Marglin diferenciam-se daquelas que são convencionais aos trabalhos econométricos, pois ele afirma que não há evidência estatística que confirme a superioridade de uma teoria sobre a outra. Mesmo porque a disputa entre teorias não deve ser resolvida através do método positivista (vale dizer, a comparação entre o grau de previsibilidade das diferentes abordagens), mas sim do debate sobre as premissas que caracterizam o comportamento dos agentes econômicos, o funcionamento dos mercados, a tecnologia e o contexto sócio-cultural a que se aplica a análise.

O coroamento do trabalho encontra-se no Capítulo 24, onde Marglin desenvolve um modelo híbrido que reúne ingredientes marxistas e keynesianos. A tradição keynesiana está representada pela existência de uma função de demanda por investimento e o acesso privilegiado ao crédito por parte dos capitalistas. Porém, aos trabalhadores cabe o papel eminentemente marxista de resistirem à redução dos salários reais no caso de um crescimento da taxa de acumulação desejada. De fato, combinam-se dois efeitos: um decorrente do excesso de demanda e o outro da luta distributiva que se desencadeia. O resultado não será estranho ao economista latino-americano com *background* estruturalista: a inflação desempenha o papel de variável de ajuste e, a depender da especificação das equações de demanda e reação dos salários, haverá uma taxa de inflação de equilíbrio. Do ponto de vista da historiografia do pensamento econômico, o modelo de Marglin oferece ao leitor uma solução definida (isto é, de equilíbrio) para o problema inicialmente proposto por Robinson, vale dizer, a superposição das abordagens keynesiana e marxista, que implica necessariamente a sobredeterminação do modelo.

Um livro com a amplitude do de Marglin dificilmente deixaria de apresentar algumas lacunas: em primeiro lugar, o papel da moeda e do crédito é muito restrito, o que se explica pela dificuldade de introduzir-se em modelos de crescimento equilibrado; e, em segundo, em nenhum dos modelos é discutida a possibilidade de variações no grau de utilização da capacidade instalada. Os trabalhos de Rowthorn (1982) e Dutt (1984)

suprem esta lacuna, e o próprio Marglin, em trabalhos posteriores ao livro (e ainda não publicados), tem considerado a possibilidade de variações no grau de utilização da capacidade.

Growth, distribution, and prices deve ser lido por economistas e estudantes de pós-graduação em economia que tenham interesse em teoria econômica e história do pensamento econômico. Um curso de teoria a nível de pós-graduação poderia dar ênfase aos Capítulos 1 a 4, 9 a 11, 15 e 24. Além do conteúdo em si, o livro oferece uma oportunidade singular de travar contato com a arte de modelar na qual Marglin é, reconhecidamente, um mestre. Aqueles que porventura queiram ter idéia do sabor do livro, recomendo a leitura das "Marshall Lectures" apresentadas por Marglin na Universidade de Cambridge, reproduzidas no número de junho de 1984 do *Cambridge Journal of Economics*.

Bibliografia

- DUTT, Amitava. Stagnation, income distribution, and monopoly power. *Cambridge Journal of Economics*, London, 8(1):25-40, Mar. 1984.
- KALDOR, N. Alternative theories of distribution. *Review of Economic Studies*, Edinburgh, 23(2):83-100, 1956.
- KEYNES, J. M. *Treatise on money*. London, Macmillan, 1930.
- ROBINSON, Joan. *Essays in the theory of economic growth*. London, Macmillan, 1962.
- ROWTHORN, Bob. Demand, real wages and economic growth. *Studi Economici*, Milan, 1982.